



PANORAMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Rede Federal
de Educação Profissional,
Científica e Tecnológica

EDIÇÃO 2021

FÓRUM DOS
ASSESSORES DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS



© 2021 Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

É autorizada a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

PRESIDENTE

Sônia Regina de Souza Fernandes

CÂMARA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Coordenador

Marcelo Bregagnoli

ASSESSORIA INTERNACIONAL DO CONIF

Assessora de Relações Internacionais

Ana Carolina Oliveira Batista

Coordenador de Relações Internacionais

João Paulo Rotelli

FÓRUM DE ASSESSORES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO CONIF (FORINTER)

Coordenador

Anderson Galvão

GRUPO DE TRABALHO – POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Ana Carolina Oliveira - CONIF

Anderson Allan Almeida Galvão – Instituto Federal de Brasília

Caroline Maria Costa Barros – Instituto Federal do Amapá

Fernanda Emanuela Ferreira – Instituto Federal de Santa Catarina

Francisco Gutenberg Albuquerque Filho – Instituto Federal do Ceará

Frederico Chaves Sampaio Júnior – Instituto Federal de Sergipe

João Paulo Guerra Rotelli - CONIF

Luciano de Paula Pereira Perilo – Instituto Federal de Goiás

Vilton Soares de Souza – Instituto Federal do Maranhão

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) adota como orientação o conceito de internacionalização como “o processo intencional de integrar uma dimensão internacional, intercultural e global aos propósitos, funções e oferta da educação, buscando incrementar a qualidade da educação e da pesquisa” (de Wit, Hunter, Howard, y Egron-Polak, 2015, p. 283)

Faz-se relevante entender que a internacionalização deve considerar o diálogo entre o ensino, pesquisa e extensão de que modo que o processo seja efetivamente institucional.

Além disso, o Conif acompanha o entendimento da III Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe (CRES), que pontua que:

“a internacionalização se constitui em uma ferramenta chave para transformar a educação superior, fortalecer suas comunidades e promover a qualidade e pertinência do ensino, da pesquisa e da extensão. Favorece a formação de cidadãos e profissionais, respeitosos da diversidade cultural, comprometidos com o entendimento intercultural, a cultura da paz e com a capacidade para conviver e trabalhar em comunidade local e mundial”. A referida Declaração reafirma ainda o postulado da Educação Superior como um bem público social, um direito humano e universal, e um dever dos Estados. Princípios essenciais para garantia dos direitos humanos básicos e imprescindíveis para o bem-estar dos povos, a construção de uma cidadania plena, a emancipação social e a integração regional solidária latino-americana e caribenha. (Declaração III Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe).

Nesse contexto, o Conif tem atuado estrategicamente de modo a solidificar a Rede Federal no cenário internacional e a favorecer um processo de internacionalização sustentável. Abaixo estão listadas as principais linhas de ação.

Formação continuada de servidores e gestores

De modo a preparar os servidores que estão à frente dos escritórios de relações internacionais, o Conif tem liderado negociações para realização de oficinas e programas de formação em temas que sejam destacados como prioritários pelos conselheiros e pelos coordenadores dos Fóruns que compõe o Conselho.

Citamos como exemplos temas como dupla diplomação, refugiados, inovação e co-criação, programas colaborativos virtuais, dentre outros.

Ainda na perspectiva da formação, o Conselho viabiliza a participação de gestores em conferências e seminários que abordam questões relacionadas à gestão e internacionalização da educação profissional, científica e tecnológica.

Além disso, o Conif tem promovido a série de webinars “Acontece na Rede” com fins de apresentar temas discutidos mundialmente, de promover intercâmbio de boas práticas entre professores, técnicos, gestores e estudantes de diferentes países, bem como de possibilitar a prospecção de parceiros internacionais.

Atuação em Organizações e Fóruns Internacionais

Com a visão de “ser reconhecido nacional e internacionalmente como articulador da educação profissional, científica e tecnológica inovadora e inclusiva” e com fins de apresentar o modelo de verticalização implementado na Rede Federal, o Conif tem atuado junto à importantes Organismos e fóruns internacionais:

- Centro UNESCO-UNEVOC
- Organização Universitária Interamericana (OUI);
- Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI);
- Colleges and Institutes Canadá (Cican);
- Federação Mundial de Colleges e Institutos Politécnicos (WFCP);
- Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos de Portugal (CCISP);
- Espacio Latino-americano e Caribenho de Ensino Superior (ENLACES);
- Associação Colombiana de Instituições de Educação Superior com Formação Técnica Profissional, Tecnológica ou Universitária (Aciet);

Apoio e promoção de ações de internacionalização em Rede

Considerando a capilaridade, potencialidade e diversidade da Rede Federal, o Conif entende primordial o envolvimento coletivo em iniciativas de internacionalização. As instituições da Rede são convidadas a participar das ações nas etapas de concepção, monitoramento, implementação e avaliação. Como exemplos destacamos: o Projeto LAPASSION, a Ação Simplificada para a Formação de Formadores Moçambicanos, o Programa Português como Língua Adicional em Rede; os Programas de Assistentes de Francês e de Espanhol; intercâmbio cultural e acadêmico com Liceus franceses agrícolas; e mais recentemente os programas colaborativos virtuais.

Além disso e como forma de instrumentalizar as instituições da Rede Federal, foram ativados comitês de trabalho para elaboração conjunta (relações internacionais, ensino, pesquisa e extensão) de propostas de diretrizes, regulamentos e fluxos concernentes ao ensino de idiomas, à revalidação, reconhecimento ou convalidação de diplomas/títulos e estudos.

Editais para promoção do intercâmbio acadêmico e cultural e formação de servidores

Interlocução com agentes nacionais

Para além dos parceiros internacionais (incluídos aqueles que atuam com escritórios no Brasil), o Conif promove uma interlocução com relevantes agentes nacionais em prol da internacionalização:

- Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Agência Brasileira de Cooperação (ABC);
- Secretaria de Políticas para as Mulheres;
- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC);
- Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC);
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes);
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq);
- Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz);
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Ensino de idiomas

Embora o ensino de idiomas não seja um fim dentro das ações do Conselho, há a compreensão de que línguas adicionais são ferramentas essenciais ao processo de internacionalização. Nesse sentido, para além das proposições apresentadas ao Ministério da Educação (MEC), o Conif tem atuado no sentido de possibilitar a vinda de professores/assistentes de ensino às instituições da Rede e de fortalecer a cooperação com Embaixadas e instituições que podem contribuir com esses processos.

- Programa de Assistentes de Francês (anteriormente, Programa de Leitorado em Francês);
- Acesso ao programa de formação da Embaixada da França – professores e técnicos;

- Acesso ao programa de formação continuada da Embaixada da Espanha para professores de espanhol;
- Apresentação de proposta de programa de leitorado à Embaixada da Espanha (acordo em vias de assinatura);
- Oferta de cursos virtuais de espanhol para estudantes da Rede Federal (o curso está e fase de elaboração);

Além disso, em parceria com o Forinter, além de FDE e Forproext, foi desenvolvido curso virtual gratuito de Português como Língua Adicional (PLA) em Rede, cujo objetivo é difundir o ensino da língua portuguesa para estrangeiros. Na oferta piloto, 12 instituições da Rede Federal, estão oferecendo o primeiro módulo para falantes do espanhol do curso.

Levantamento e sistematização de dados

Para além das iniciativas mencionadas acima, o Conif iniciou a coleta e sistematização de dados sobre a internacionalização. O objetivo é coletar informações acerca do processo de internacionalização nas instituições da Rede para subsidiar as ações do Conselho. O primeiro levantamento foi realizado em 2016 e repetido em 2019. Em 2021 uma nova pesquisa foi realizada em parceria com o Forinter. Os resultados da referida pesquisa, objeto principal deste documento, são apresentados abaixo:

PANORAMA NA INTERNACIONALIZAÇÃO - EDIÇÃO 2021

As instituições que compõe o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foram convidadas a participar do levantamento de dados sobre o processo de internacionalização por meio de formulário eletrônico elaborado pela Assessoria Internacionado do Conif e pelo Grupo de Trabalho de Internacionalização do Fórum de Assessores de Relações Internacionais (Forinter). Os representantes das instituições tiveram 2 meses para completar o formulário. A pesquisa compreende os anos de 2019 e 2020.

As contribuições neste documento partem da análise da pesquisa realizada pela Assessoria Internacional do Conif e do Forinter acerca da situação atual das diversas assessorias/coordenações/diretorias de Relações Internacionais na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT).

É importante pontuar que compõem a REPTC 41 IES, entretanto, apenas 24 destas responderam ao questionário proposto. Assim, esta seção destina-se à interpretação de relatos, oferecidos pelos respondentes.

As perguntas foram organizadas nos seguintes eixos:

- a)** Dados/perfil do respondente;
- b)** Perfil da assessoria;
- c)** Estrutura administrativa;
- d)** Financiamento;
- e)** Prioridades e parceiros institucionais;
- f)** Mobilidade e intercâmbio;
- g)** Pesquisa e extensão;
- h)** Idiomas;
- i)** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
- j)** Comunicação;
- k)** Percepções sobre a política de relações internacionais.

1. Dados Funcionais/Perfil do Respondente

O item tem por objetivo identificar a categoria a que os assessores estão vinculados, o cargo ocupado, o tempo de atuação na assessoria e a formação complementar em programas de relações internacionais.

Dada as informações prestadas no questionário, é possível entender, posta a relação de 16 docentes e 7 técnicos-administrativos, que há uma maioria de servidores docentes atualmente ocupando cargos de gestão relativos à internacionalização. Faz-se premente destacar os cargos efetivos das instituições da Rede Federal são distribuídos entre Técnico-Administrativos em Educação (TAE) e Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Destes, há três nomenclaturas evidentemente recorrentes para os postos que os servidores ocupam: Assessoria, Coordenação ou Diretoria de Relações Internacionais

No que diz respeito à estrutura organizacional das instituições da Rede Federal, a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, prevê que os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores.

As pró-reitorias são órgãos executivos que planejam, fomentam, coordenam e monitoram as dimensões do ensino; extensão; pesquisa, inovação e

pós-graduação; administração e desenvolvimento institucional.

As assessorias, em sua grande maioria, são assumidas como órgãos de apoio e não estão previstas em todos os estatutos e regulamentos, o que pode ser apontado como uma fragilidade para o desenvolvimento de ações de internacionalização dado o perfil estratégico da posição no tocante ao desenvolvimento institucional.

Evidencia-se, também, que 78% dos assessores estão há pelo menos dois anos no cargo, sendo 55,5% destes têm quatro ou mais anos de experiência na pasta internacional. Apenas um assessor indicou que tem menos de um ano à frente das questões de internacionalização no seu instituto. Conforme mencionado anteriormente, os dados que subsidiam este documento, são referentes aos anos de 2019 e 2020. Os dados mostram que o tempo de ocupação da função de assessoria internacional está relacionado ao período de gestão das reitorias.

Dos 24 assessores respondentes, nove deles dedicam seu tempo integralmente ao desenvolvimento da internacionalização, sete direcionam a maior parte de suas atividades à internacionalização, seis dividem meio-a-meio estas atividades com outras responsabilidades e apenas dois servidores dedicam apenas 25% de seu tempo para as Relações Internacionais.

Por fim, no quesito formação, há um equilíbrio entre aqueles que pontuam ter recebido quaisquer capacitações, seja por meio de cursos de curta ou longa duração, e os que não observaram nenhuma formação na área.

2. Perfil da Assessoria

O item teve por objetivo identificar o público atendido pela assessoria, o número de servidores que compõem a equipe, suas competências, bem como a institucionalidade de suas ações, considerando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e outros documentos norteadores ou regulatórios.

É importante ressaltar que a inclusão da temática nos documentos regulatórios da instituição permitirá dentre outras coisas o monitoramento e avaliação das ações, além do estabelecimento de uma estrutura de gestão.

Em linhas gerais, as assessorias pontuaram a existência de poucos servidores lotados no setor de internacionalização. É comum haver apenas uma pessoa

designada para a função. Na hierarquia organizacional, majoritariamente os setores estão ligados ao Gabinete do Reitor ou à Pró-Reitoria de Extensão.

É observado que todos os setores de Relações Internacionais da Rede Federal atendem às suas comunidades acadêmicas em seus variados espectros e que a maioria delas também se envolve com a comunidade externa.

As atribuições elencadas pelas assessorias compreendem ações de gestão voltadas ao ambiente administrativo e internacional, passando por responsabilidades com programas; projetos; relacionamentos com parceiros; manutenção, prospecção e projeção de oportunidades; e com assuntos voltados a idiomas estrangeiros. Embora as competências sejam diversas, o levantamento ressalta que a participação das assessorias na construção de políticas é muito incipiente. O quadro reflete o perfil de apoio, característico das assessorias, conforme destacado anteriormente. Ressalta-se ainda que além da figura do assessor internacional, quinze das instituições respondentes afirmaram contar com representantes da Assessoria Internacional nos campi.

3. Estrutura administrativa

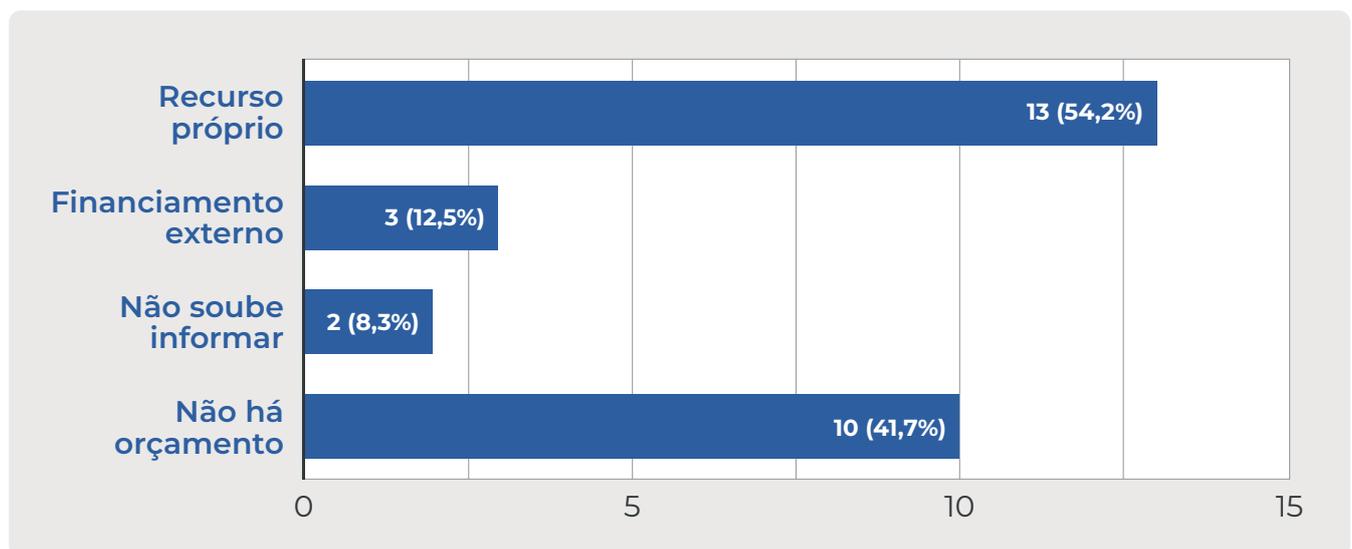
É interessante observar que é uníssona a previsão das ações de internacionalização nos Planos de Desenvolvimento Institucional das instituições. Contudo, 15 instituições não possuem uma Política de internacionalização. Denota-se, também, que apenas 14 dos 24 respondentes afirmaram haver um planejamento estratégico da pasta, o que reflete, na organização dos fluxos de ação de internacionalização.

As assessorias relataram que tanto as reitorias quanto as pró-reitorias e direções de campi apoiam as ações de internacionalização em nível razoável. Isso implica em um interessante trânsito entre essas unidades administrativas para suporte às ações de internacionalização e (co)financiamento destas. Entretanto, a maioria dos respondentes afirma não possuir conhecimento pleno sobre ações internacionais implementadas em todos os departamentos e campi de sua respectiva instituição. Não obstante, enxergam razoável capilaridade das ações das ações de internacionalização nos campi.

4. Financiamento

A maioria das respostas enviadas demonstrou não haver recurso específico para as ações de internacionalização. De modo geral, o orçamento para atividades desse setor advém dos próprios campi, da Reitoria, do próprio servidor ou por meio de financiamento externo. Apenas um Instituto relatou que há o orçamento de R\$100.000,00 destinado para o setor internacional. Abaixo apresentamos os gráficos referentes ao financiamento.

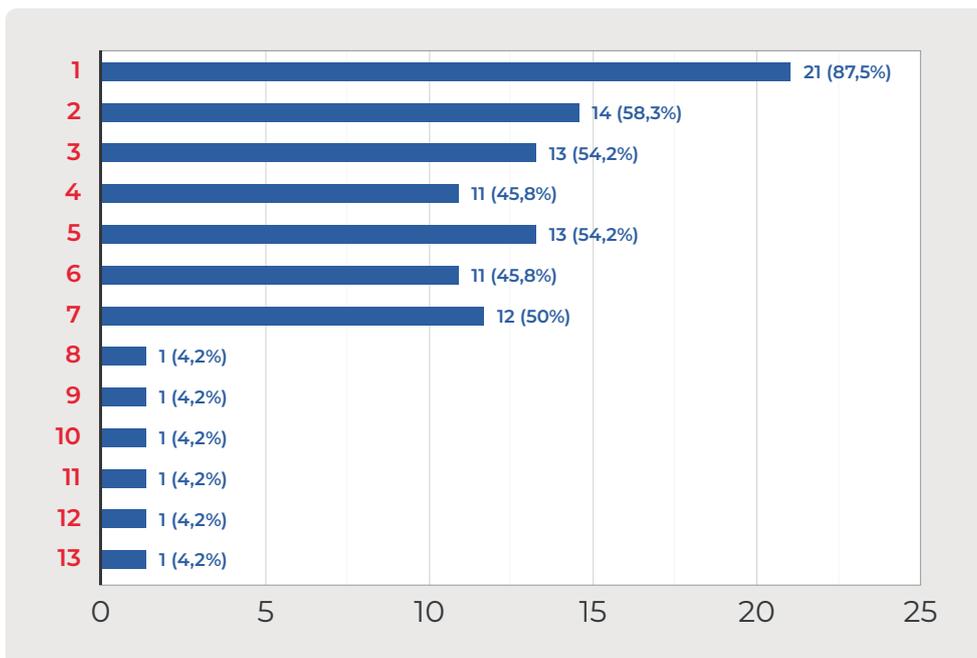
4.1 A instituição possui financiamento para ações de internacionalização?



4.2 Qual o recurso institucional disponível por ano para a internacionalização?

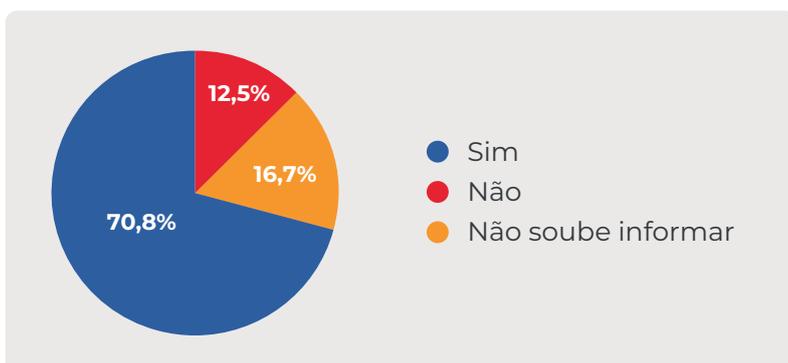


4.3 Para quais as atividades os recursos poderão ser utilizados?



1. Mobilidade (87,5%)
2. Participação de servidores em eventos nacionais e internacionais (58,3%)
3. Participação de estudantes em eventos nacionais e internacionais (54,2%)
4. Desenvolvimento de projetos acadêmicos e de extensão (45,8%)
5. Cooperação técnica (54,2%)
6. Atividades relacionadas à recepção de visitantes estrangeiros (45,8%)
7. Organização de missões internacionais (50%)
8. Apoio para internacionalização da produção acadêmica/científica, taxas de publicação em revistas internacionais, apoio professor conteudista cursos de idiomas (4,2%)
9. Não há recurso próprio (4,2%)
10. Atividades de fortalecimento do Centro de Idiomas (4,2%)
11. Quando temos ações, recebemos recurso do gabinete. (4,2%)
12. Não há recurso na instituição
13. Eventos Internos (Temas relacionados à internacionalização) (4,2%)

4.4 A instituição possui convênio com Fundações de Apoio



5. Prioridades e Parceiros Internacionais

De modo que as articulações do Conif estejam alinhadas à realidade da Rede, as instituições foram consultadas acerca dos eixos e países prioritários para as ações de internacionalização. As instituições também foram consultadas quanto a vigência e efetivação de Acordos e Protocolos.

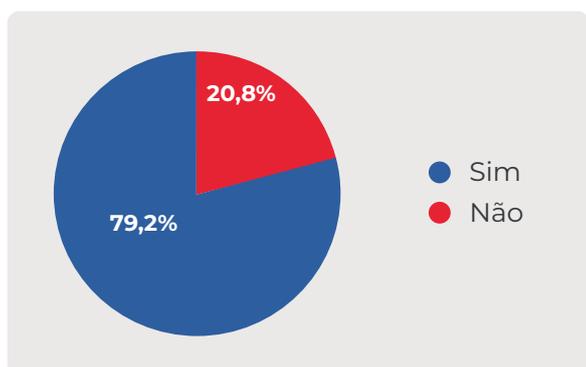
5.1 Principais países que os institutos possuem convênio (2019/2020)

1. Portugal (87%)
2. Canadá (69,6%)
3. Espanha (56,5%)
4. França (52,2%)
5. Colômbia (47,8%)
6. Argentina (43,5%)
7. Uruguai (34,8%)
8. Moçambique (30,4%)
9. Chile (26,1%)
10. Finlândia (21,7%)

5.2 Quantos acordos de cooperação assinados/vigentes a instituição possui no período da pesquisa (2019/2020)?

Todas as 24 Instituições respondentes possuíam pelo menos um acordo de cooperação vigente no período da pesquisa. A média de acordos vigentes é de dez atos por instituição.

5.3 A instituição em que trabalha busca estabelecer acordos específicos de cooperação para a oferta de programas de capacitação de servidores (docentes e técnicos administrativos)?



As instituições também foram convidadas a apontar os principais desafios para implementação da internacionalização, bem como os benefícios do processo.

1. Falta de proficiência em línguas estrangeiras;
2. Recursos orçamentários;
3. Dificuldades administrativas ou burocráticas (por exemplo, a não transferência de créditos, diferenças nos calendários);
4. Envolvimento da comunidade acadêmica;
5. Apoio Institucional (reitoria, diretoria, gestores).

5.4 Principais desafios EXTERNOS para implementação da internacionalização:

1. Ausência de uma política de nacional norteadora
2. Percepção de insegurança no Brasil;
3. Dificuldades em reconhecer graus ou equivalências em programas de estudo ou créditos;
4. Falta de interesse de instituições.

5.5 Três principais benefícios potenciais da Internacionalização na Instituição:

1. Ampliação da consciência internacional e pertencimento a uma comunidade global;
2. Incremento da qualidade do ensino;
3. Internacionalização do Currículo/internacionalização em casa;
4. Ampliação da consciência internacional e pertencimento a uma comunidade global;
5. Incremento da qualidade do ensino;
6. Internacionalização do Currículo/internacionalização em casa.

5.6 A instituição organizou missões para outros países no período que compreende a pesquisa?



5.6.1 Principais países de destino (12 respostas):

1. Colômbia (41,7%)
2. Portugal (33,3%)
3. Espanha (25%)
4. Canadá (25%)
5. Argentina (16,7%)
6. Chile (16,7%)
7. EUA (16,7%)
8. Finlândia (16,7%)
9. França (8,3%)

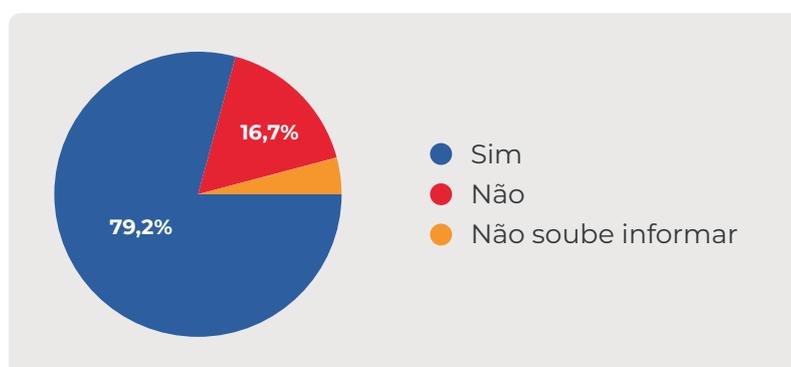
6. Mobilidade e Intercâmbio

Antes de apresentarmos os dados, faz-se relevante compartilhar o entendimento do Conif acerca da mobilidade e do intercâmbio.

A mobilidade acadêmica é o processo que possibilita ao discente matriculado em uma Instituição estudar em outra Universidade/Centro de Pesquisa/Instituto Politécnico, etc. Após a conclusão do intercâmbio, o estudante pode obter um comprovante de estudos e, possivelmente, o aproveitamento de disciplinas em sua instituição de origem.

Quanso falamos em Intercâmbio, nos referimos à troca de relações científicas e culturais, que envolvem ações pontuais e ou específicas entre instituições Estrangeiras ou Congêneres. Aqui podemos citar a possibilidade de realização de estudos conjuntos, do desenvolvimento coletivo de políticas, da discussão e construção de novos currículos, da formação de professores, entre outros.

6.1 A instituição recebeu estudantes estrangeiros?



6.1.1 Em caso positivo, quantos estudantes estrangeiros a instituição recebeu no período compreendido pela pesquisa?

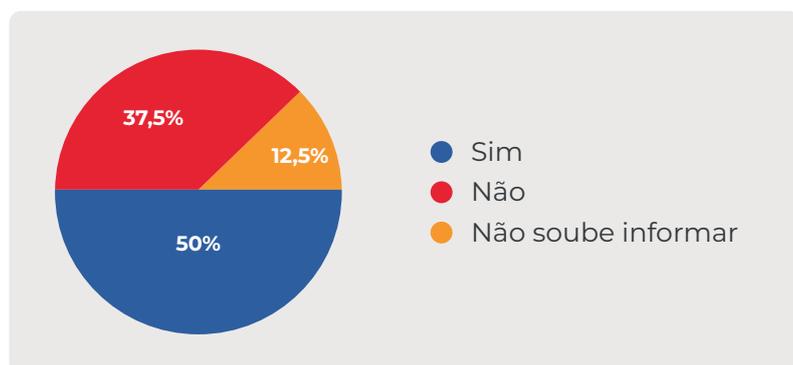
- Máximo 120
- Média 24
- Mínimo 1

6.1.2 Quais foram os países de origem dos estudantes estrangeiros?

Maiores relevâncias:

- | | |
|-----------------|-----------------------|
| 1. Itália - 7 | 4. Estados Unidos - 5 |
| 2. França - 6 | 5. Bélgica - 4 |
| 3. Alemanha - 5 | 6. Dinamarca - 4 |

6.2 A instituição recebeu docentes estrangeiros?



6.2.1 Quantos docentes estrangeiros a instituição recebeu no período compreendido pela pesquisa?

A Rede Federal recebeu 72 docentes.

6.2.2 Quais foram os países de origem dos docentes?

Egito, Portugal, Peru, Paraguai, México, Finlândia, França, Estados Unidos, Colômbia, China, Chile, Canadá, Bélgica, Bolívia e Argentina.

6.3 A instituição recebeu estudantes estrangeiros?



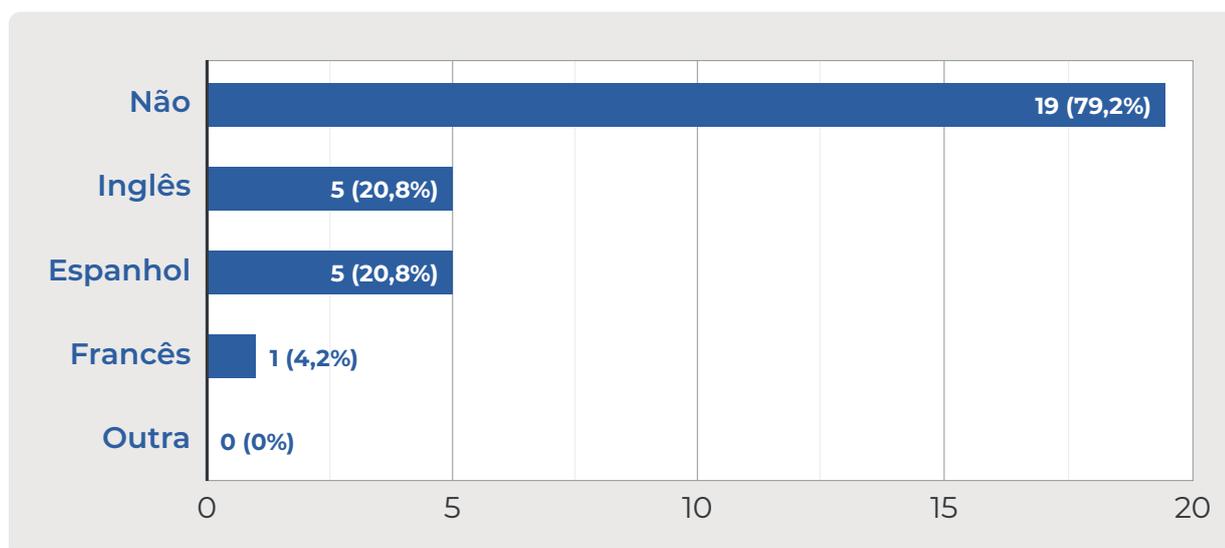
6.3.1 Quantos servidores técnico-administrativos estrangeiros a instituição recebeu no período compreendido pela pesquisa?

Apenas 2 servidores técnico-administrativos foram recebidos na Rede Federal.

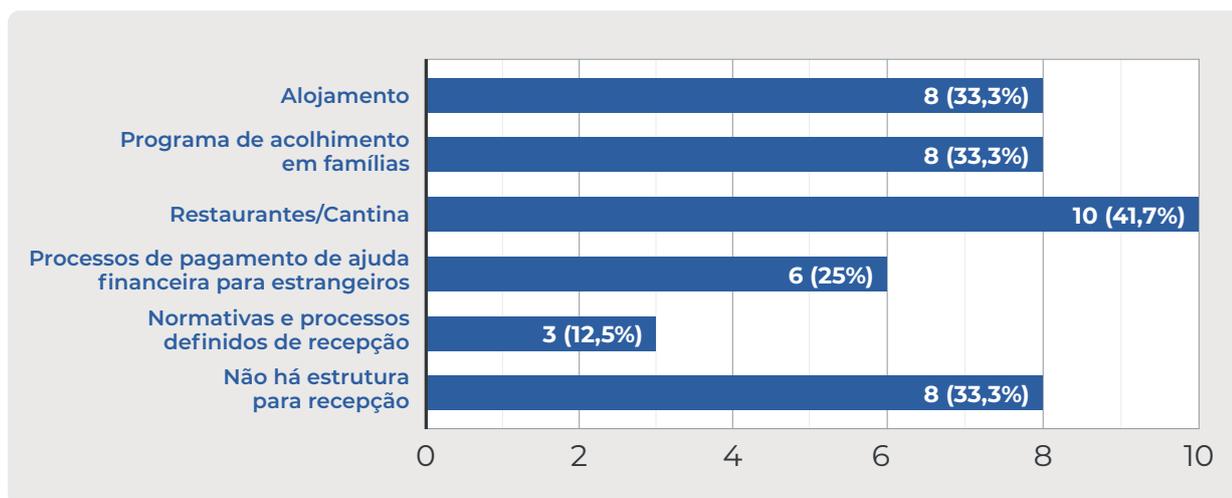
6.3.2 Em caso positivo, liste quais foram os países de origem:

Argentina e Estados Unidos

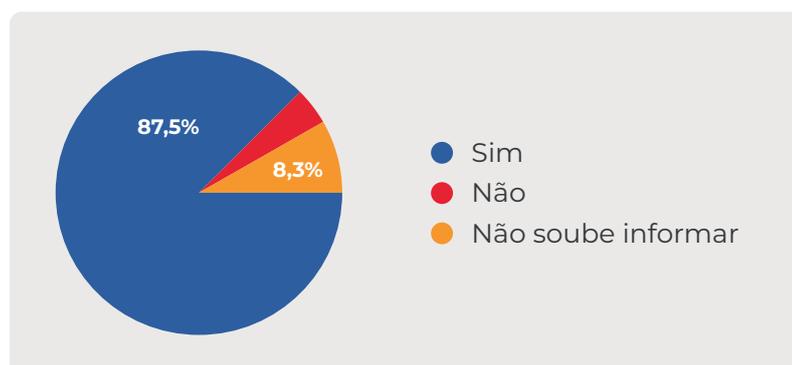
6.4 A instituição oferta disciplinas da grade regular em língua estrangeira? Quais os idiomas?



6.5 Estrutura para recepção de estudantes, professores, técnicos, pesquisadores ou visitantes internacionais.



6.6 A instituição enviou estudantes para outros países?



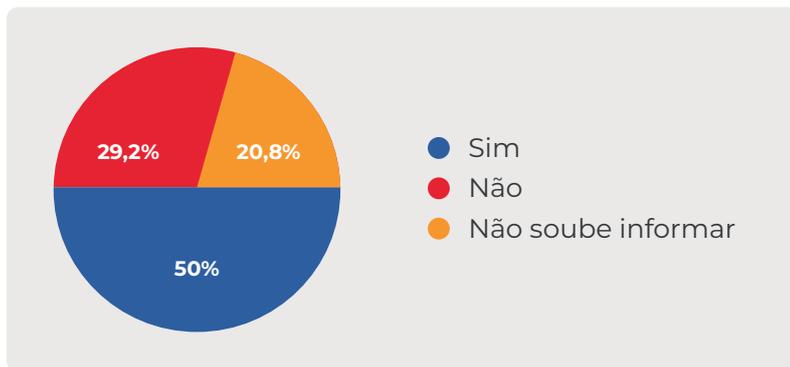
6.6.1 Quantos estudantes a instituição enviou para o exterior no período compreendido pela pesquisa?

Cerca de 660 estudantes da Rede Federal foram enviados para o exterior.

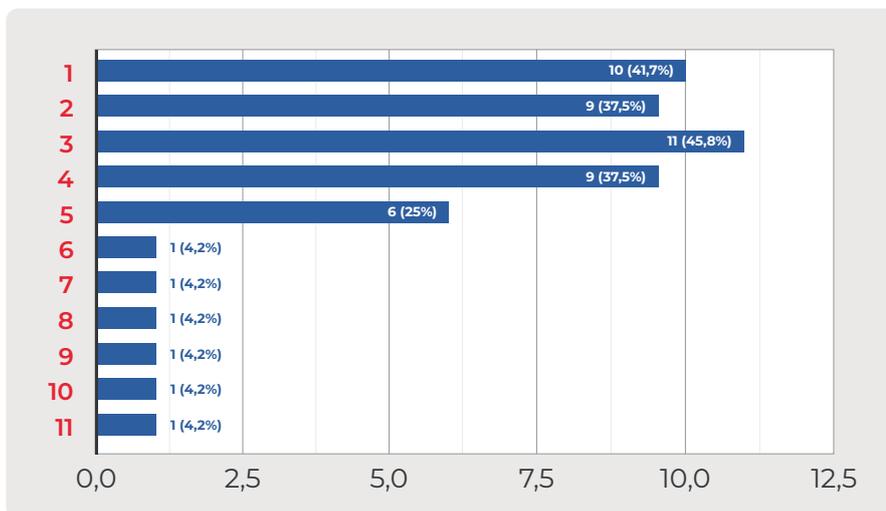
6.6.2 Em caso positivo, liste quais foram os países de destino:

1. Portugal
2. França
3. Canadá
4. Estados Unidos
5. Espanha
6. Argentina
7. Japão

6.7 A instituição enviou docentes para outros países?



6.7.1 Qual a natureza da mobilidade dos docentes?



1. Curso de qualificação de curta duração
2. Mestrado
3. Doutorado
4. Seminários Internacionais
5. Não soube informar
6. Imersão para desenvolvimento e pesquisa em colaboração com grupo de pesquisa da instituição receptora
7. Pós-doutorado, Congressos, Conferências, "Workshops", Intercâmbios, etc.
8. Não enviamos
9. Missão internacional
10. Projetos de Cooperação Internacional e Missões Internacionais
11. Professor visitante

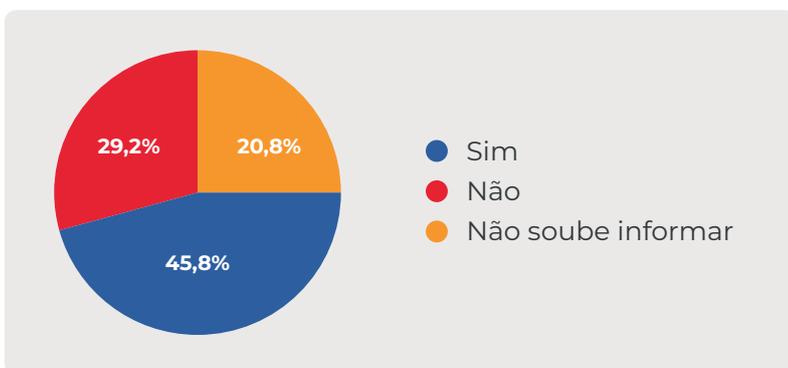
6.7.2 Quantos docentes a instituição enviou para o exterior no período compreendido pela pesquisa?

Foram enviados 300 docentes da Rede Federal para o exterior.

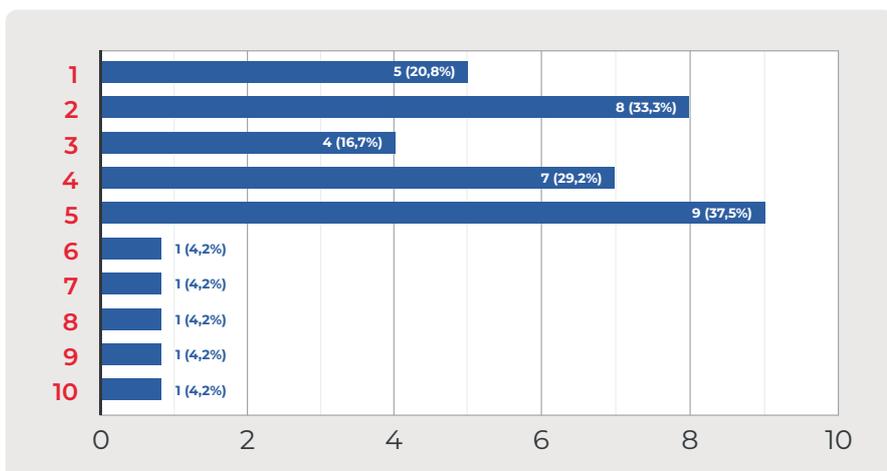
6.7.3 Em caso positivo, liste quais foram os países de destino:

1. Portugal
2. Espanha
3. França
4. Argentina
5. Colômbia
6. Finlândia

6.8 A instituição enviou servidores técnico-administrativos para outros países?



6.8.1 Qual a natureza da mobilidade dos servidores técnico-administrativos?



1. Curso de qualificação de curta duração
2. Doutorado
3. Intercâmbios, Congressos, Conferências, "Workshops", etc.
4. Mestrado
5. Não enviamos
6. Não soube informar
7. Projeto Piloto de imersão para conhecimento de práticas exitosas
8. Seminários internacionais
9. Não enviamos
10. Missão internacional

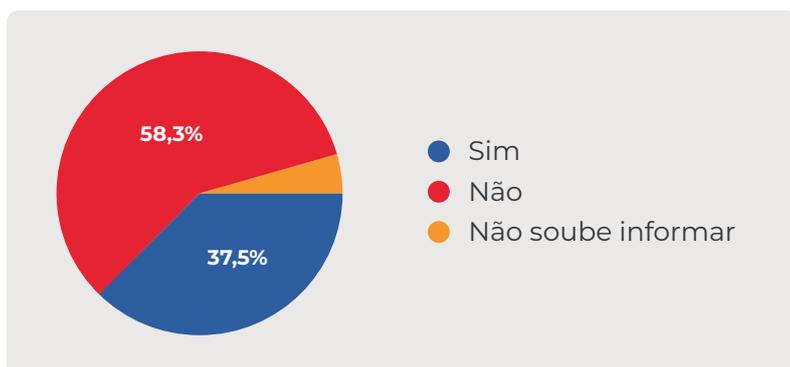
6.8.2 Quantos servidores técnico-administrativos a instituição enviou para o exterior no período compreendido pela pesquisa?

Um total de 45 servidores técnico-administrativos foram enviados para o exterior.

6.8.3 Em caso positivo, liste quais foram os países de destino:

- | | |
|--------------|-------------------|
| 1. Portugal | 4. Colômbia |
| 2. Argentina | 5. Espanha |
| 3. Chile | 6. Estados Unidos |

6.9 A instituição possui acordos para dupla titulação



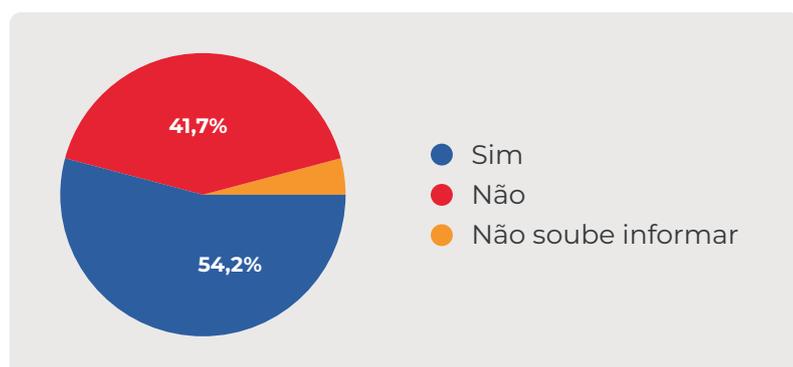
6.9.1 Identifique, por favor, o curso, a instituição estrangeira e o país com os quais possui acordo para a dupla titulação:

- **Instituto Politécnico de Bragança (IPB) / Portugal:** Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Alimentar, Engenharia Química, Jogos Digitais, Produção Cultural, Informática, Programa de Dupla Diplomação, Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos.
- **IES Sigma Clermont, França:** Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Controle e Automação.
- **"ESITC Raen", "ESIGELEC" e "Institut National des Sciences Appliquées de Rouen (INSA Rouen Normandie)", França:** Engenharias.
- **IPP/ISEP:** Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica.

6.9.2 A oferta de cursos com dupla diplomação está regulamentada? Caso a resposta seja afirmativa, faça o upload da normativa,

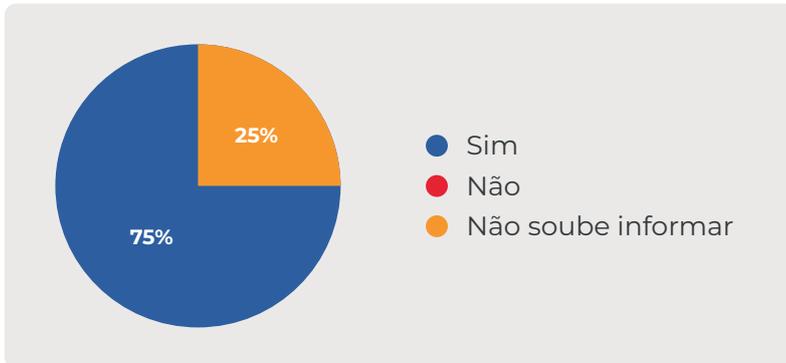
- **IFFluminense:** Regulamento de mobilidade acadêmica, nacional e internacional, mas carece de maiores detalhes sobre dupla titulação;
- **IFSul:** Regulamento bem abrangente sobre intercâmbio (modelo 50% / 50%)
Dupla diplomação:
 - Ponto relevante: o convênio deverá ser previamente homologado pelo colegiado do curso e aprovado no Conselho Superior;
 - 110. Para participarem do programa de Duplo Diploma no IFSul, os estudantes estrangeiros deverão ter completado no mínimo 50% dos créditos, demonstrar bom desempenho acadêmico e proficiência na língua portuguesa, de acordo com os critérios estabelecidos pelo IFSul.
- **IFAL:** Dupla diplomação exclusiva para o convênio com o IPBragança.
Mas poderá servir de modelo para outras parcerias.

6.10 A instituição desenvolve ou participa de programas de mobilidade virtual?

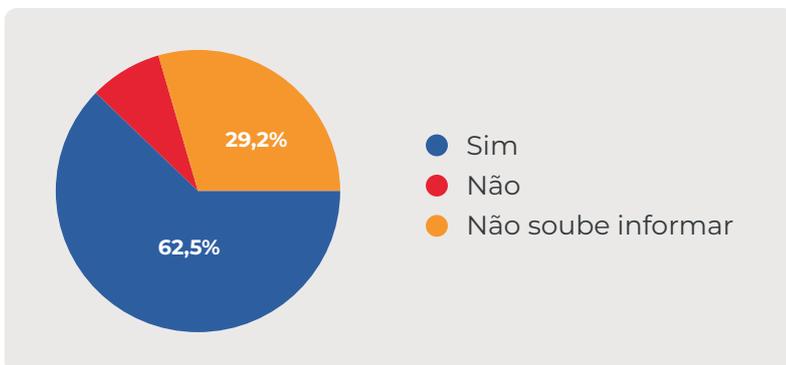


7. Pesquisa e extensão

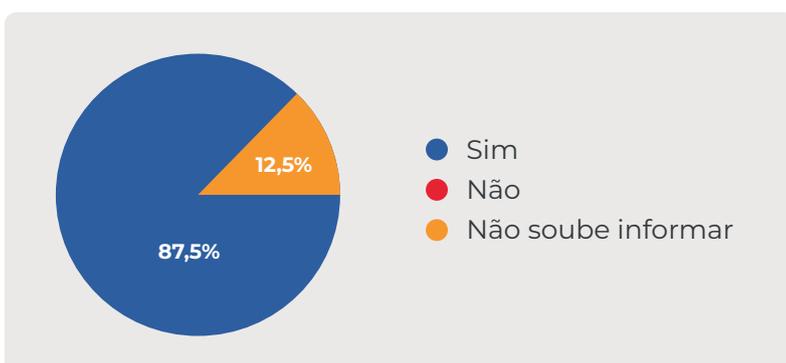
7.1 Estudantes ou servidores da instituição publicaram artigos em periódicos indexados internacionais no período que compreende a pesquisa?



7.2 Estudantes ou servidores da instituição publicaram artigos em periódicos indexados com coautoria estrangeira no período de que compreende a pesquisa?



7.3 A instituição participou de eventos acadêmicos internacionais ou apoiou a ida de representantes no período que compreende a pesquisa?

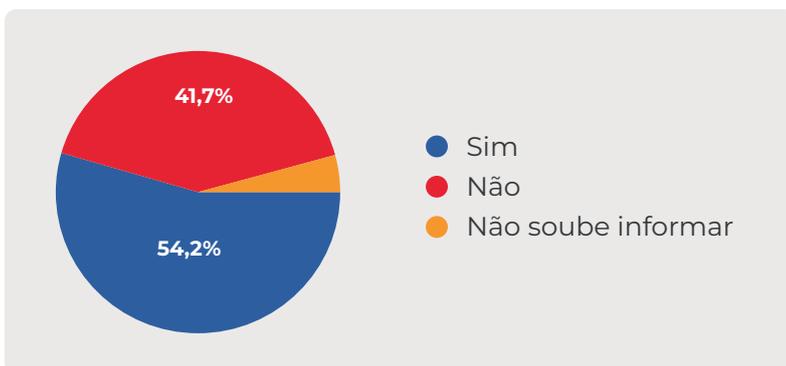


7.4 Há na instituição o desenvolvimento de pesquisa com parceiros acadêmicos internacionais?

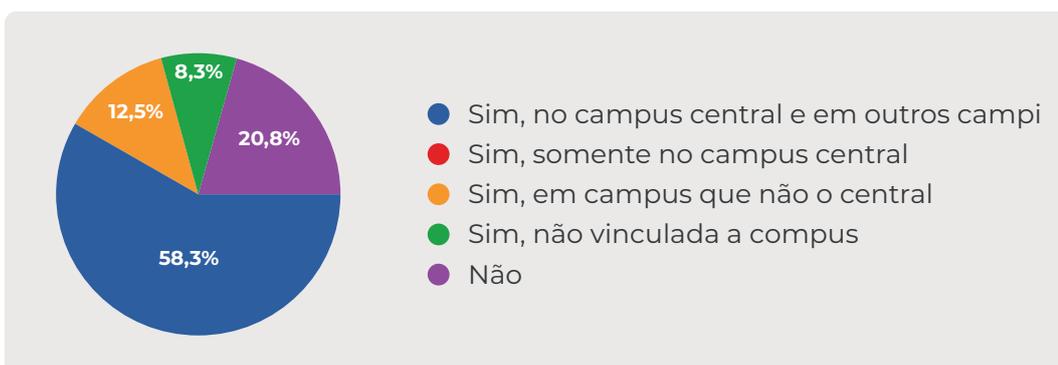


8. Idiomas

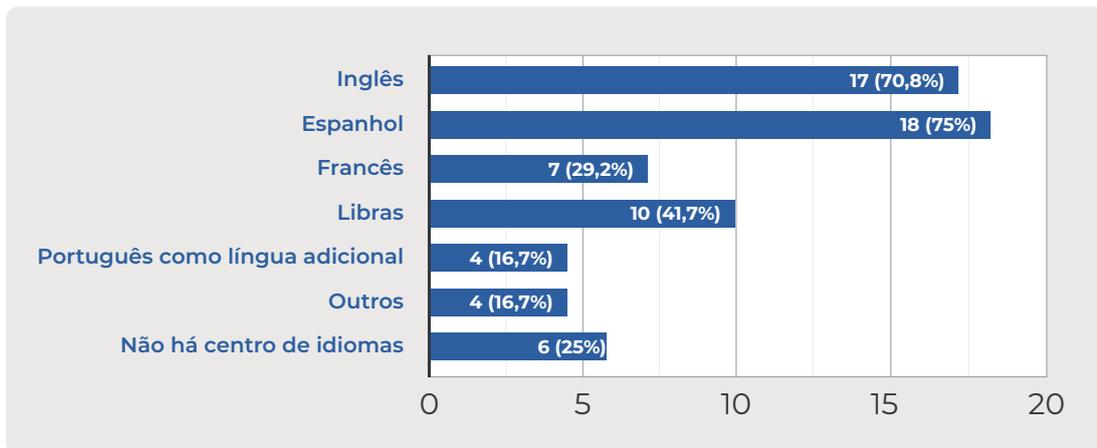
8.1 A instituição possui política de idiomas ou documento similar?



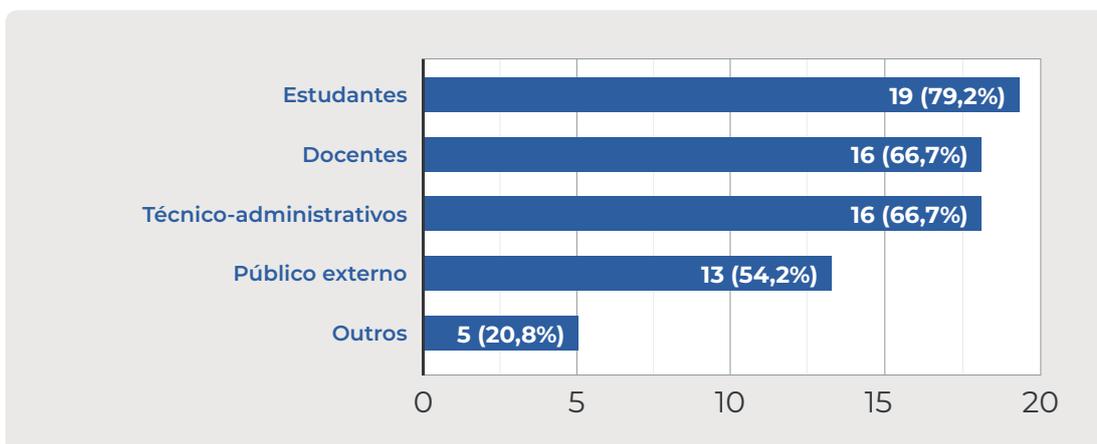
8.2 A instituição possui centros de idioma ou equivalente?



8.3 Idiomas ofertados nos centros de idiomas:



8.4 Qual o público dos centros de idioma?



9. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, constitui-se em um compromisso dos 193 Estados-membro países no tocante a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental. O documento está organizado em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas.

Considerando que:

- (I)** a Agenda convoca os países a atuar de forma sinérgica;
- (II)** observando que as finalidades e objetivos das instituições da Rede estão alinhados à Agenda 2030 ;
- (III)** dada a potencialidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no que diz respeito a implementação de ações, atividades e programas que respondam aos ODS;

a presente pesquisa consultou às instituições da Rede quanto:

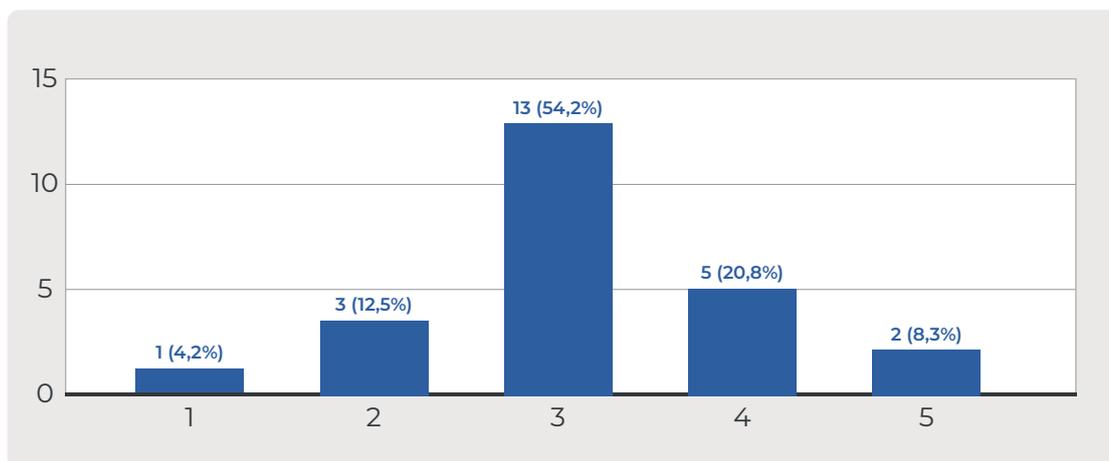
- a familiaridade com a Agenda 2030
- o acesso à informações sobre a Agenda 2030
- a abordagem do tema em sala de aula
- a consideração da Agenda 2030 no Plano de Desenvolvimento Institucional

No que diz respeito à familiaridade com a Agenda, mais de 70% dos respondentes afirmaram conhecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No que diz respeito ao acesso da comunidade acadêmica às informações sobre os ODS, pouco mais de 50% dos respondentes não souberam informar, enquanto 45% afirmaram que a comunidade tem acesso às informações sobre a Agenda.

No que diz respeito à tratativa dos ODS em sala de aula, as respostas observaram uma escala de 1 a 5, onde 1 corresponde a nunca, e 5 corresponde a sempre.

O quadro está organizado conforme o que segue abaixo:



Ainda de acordo com a pesquisa, 62% das instituições respondentes consideram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Institucional, enquanto 29% não souberam responder. A pesquisa destaca que no que tange ao conhecimento sobre a Agenda 2030 há um movimento positivo na Rede. No entanto, percebe-se o desafio de sistematizar as informações sobre as ações implementadas em nível institucional, bem como para o fortalecimento da Rede enquanto agente do processo de execução da Agenda, notadamente, mas não exclusivamente, no que diz respeito ao Objetivo nº 04.

10. Comunicação

De uma forma geral, os sites dos IFs não estão disponíveis em outros idiomas. Aqueles que possuem versões em línguas estrangeiras o fazem predominantemente em inglês, espanhol e, em alguns casos francês. É importante ressaltar que o google viabiliza a tradução automática dos conteúdos. Em relação à divulgação dos dados das ações internacionais, os IFs o fazem predominantemente por meio dos sites, e-mails e mídias sociais institucionais.

11. Política de Internacionalização

De uma forma geral, os sites dos IFs não estão disponíveis em outros idiomas. Aqueles que possuem versões em línguas estrangeiras o fazem predominantemente em inglês, espanhol e, em alguns casos francês. É importante ressaltar que o google viabiliza a tradução automática dos conteúdos. Em relação à divulgação dos dados das ações internacionais, os IFs o fazem predominantemente por meio dos sites, e-mails e mídias sociais institucionais.

11.1 Quantos servidores técnico-administrativos a instituição enviou para o exterior no período compreendido pela pesquisa?

O entendimento acerca da internacionalização se apresentou de maneira bastante diversa entre os 24 respondentes da pesquisa. No entanto, as ideias mais comuns apresentadas definem a internacionalização como: uma estratégia e ferramenta institucional de inserção, visibilidade e captação de oportunidades; uma integração do ensino, extensão e pesquisa e trocas entre diferentes culturas; o desenvolvimento de uma cidadania e pensamento global entre a comunidade acadêmica discente, docente e técnica; conjunto de políticas e programas que promovam a internacionalização.

Por fim, a ideia de internacionalização também foi apontada com base nos conceitos de Hudzik, (1998), Knight (2004) e Hans De Wit (2015):

“O processo no qual se integra uma dimensão internacional, intercultural ou global nos propósitos, funções e ofertas de educação pós-secundária.” (KNIGHT, 2004)

“É o processo intencional de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global no propósito, funções e entrega da educação, a fim de melhorar a qualidade da educação e pesquisa para todos os estudantes e servidores, e para trazer uma contribuição significativa para a sociedade.” (HANS DE WIT, 2015)

"A internacionalização se refere a um processo de mudanças organizacionais, de inovação curricular, de desenvolvimento profissional do corpo acadêmico e da equipe administrativa, de desenvolvimento da mobilidade acadêmica com a finalidade de buscar a excelência na docência, na pesquisa e em outras atividades que são parte da função das universidades"" (HUDZKI, 1998).

11.2 No que diz respeito aos temas que deveriam constar nas políticas de internacionalização das instituições, os respondentes apontaram o seguinte:

- Definição de orçamento/recursos institucionais para a internacionalização (infraestrutura física, material, recursos humanos, projetos e editais).
- Capacitação linguística para as comunidades interna e externa.
- Capacitação técnica para os Assessores de Relações Internacionais para o processo de Internacionalização.
- Internacionalização do currículo (Dupla Diplomação, Mobilidade in, out e virtual).
- Padronização do fluxo de documentos para Memorandos de Entendimento, Termos de Cooperação e Convênios;
- Política de acesso e permanência de estrangeiros e refugiados;
- Política específica de aprendizagem de Português como Língua Estrangeira;
- Articulações em Rede para ações de Internacionalização;
- Orientação para a tradução de documentos institucionais que promovam a Internacionalização.

11.3 No que diz respeito às atribuições do Assessor de Relações Internacionais, as seguintes atividades foram destacadas:

- Representar a instituição e manter a comunicação com instituições estrangeiras;
- Promover e estabelecer convênios, acordos de cooperação e identificar oportunidades de intercâmbio e formação para a comunidade acadêmica;
- Assessorar e acompanhar gestores, discentes, docentes, técnicos administrativos;
- Prospectar parcerias, planejar e acompanhar ações e processos de internacionalização;
- Promover inserção institucional no exterior, mapear necessidades institucionais e desenvolver e acompanhar políticas linguísticas e programas de idiomas na instituição;

Destaca-se ainda que o papel do assessor é compreendido enquanto uma função estratégica e política para a gestão da instituição federal.

11.4 Indicadores de compliance e accountability na internacionalização

Para aproximadamente mais da metade dos respondentes, os indicadores de compliance e accountability são em sua maioria aplicados através de relatórios de gestão, planos de desenvolvimento institucional e planejamentos estratégicos dos setores e das instituições federais. Outros meios apontados foram o uso de planilhas, formulários, auditorias e consultas jurídicas, transparência pela disponibilidade de informações e realização de seminários. A outra metade dos participantes não souber informar.

Referência Bibliográfica

AGENDA 2030. Acompanhando o desenvolvimento sustentável até 2030. 2018. Disponível em < <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>, Acesso em: 27 de setembro de 2021.

COLETIVA, Autoria. **Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe - CRES/2008**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 25, n. 1, mar.Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19333/112>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. D.O.U. Seção 1, de 30 de dezembro de 2008. Brasília, DF, 2008

De Wit, H., Hunter F., Howard L., Egron-Polak E. (Eds.) (2015) “Internationalization of Higher Education”, European Parliament, Brussels: EU